



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 10/2023, em que é recorrente **Oswaldo Delgado da Luz** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 71/2023

(Autos de Amparo 10/2023, Oswaldo Delgado da Luz v. STJ, Inadmissão por Não-Correção de Problemas na Instrução do Pedido)

I. Relatório

1. O Senhor Oswaldo Delgado da Luz interpôs recurso de amparo, impugnando o *Acórdão STJ 05/2023, de 30 de janeiro*, relacionando, para tanto, argumentos que se pode sumarizar da seguinte forma:

1.1. O tribunal recorrido negou provimento ao recurso interposto pelo recorrente e em função disso violou os seus direitos à presunção da inocência e a um processo justo e equitativo;

1.2. Porque, em síntese, foi condenado pelo 1º Juízo Crime do Tribunal da Comarca do Mindelo nos autos do Processo Comum Ordinário nº 490/20/21, numa pena de 29 (vinte e nove) anos e 6 (seis) meses de prisão, pela prática de um crime de VBG, de um crime de ofensa qualificada à integridade, na forma agravada, de um crime de homicídio agravado, de um crime de atentado contra a integridade de cadáver ou cinzas e de um crime de armas;

1.3. No seu entendimento, a sua condenação ocorreu sem que o tribunal tivesse explicado quais os motivos que o levaram a considerar alguns meios de prova como idóneos e/ou credíveis e outros como inidóneos e/ou não credíveis;

1.3.1. Ficando também por explicar os critérios lógicos e racionais utilizados na apreciação da prova efetuada para aplicar ao recorrente uma pesada pena de prisão de 29 anos e seis meses;

1.3.2. Inconformado com tal decisão impugnou-a junto ao Tribunal da Relação de Barlavento (TRB) e pediu a reparação do seu direito a um processo justo e equitativo previsto no art.º 22 da Constituição da República de Cabo Verde (CRCV);

1.3.3. O TRB, através do Acórdão 200/21-22, de 4 de julho, limitou-se a absorver as presunções e/ou perceções da Juiz-Crime de Mindelo e julgou o seu recurso improcedente;

1.3.4. A seu ver “[a]s provas analisadas pela Juiz crime de Mindelo são essencialmente as imagens de vídeo (vídeo vigilância da cidade segura – Mindelo), que mostram o recorrente na companhia da vítima, mas que de análise transversal, qualquer observador ficaria sem poder constatar algum momento de filmagem em que provam factos como seja: Os factos considerados provados ou dados como provados nos pontos 53 e 54 do acórdão do TRB, pág. 10 carecem de fundamentos de facto e mesmo com recurso a prova indiciária, é impossível chegar as conclusões alcançadas pela primeira instância e confirmada pelo tribunal recorrido”;

1.3.4.1. Porque não se encontrariam nos autos quaisquer elementos de prova pericial, testemunhal ou documental que possam confirmar que o recorrente introduziu o corpo da vítima no porta bagagem da sua viatura SV-64-AT;

1.3.4.2. Assim como também não existiriam provas que atestariam que o então arguido, agora recorrente, prendeu as mãos da vítima junto ao peito com uma corda verde, introduziu um saco de plástico de cor azul na sua cabeça e a asfixiou até à morte;

1.3.4.3. Os pontos 63, 64 e 65 teriam sido julgados provados sem que houvesse suporte probatório nos meios de prova pericial, testemunhal e documental carreada para os autos.

1.4. Entende que os pressupostos de admissibilidade deste recurso de amparo estariam preenchidos, nomeadamente quanto:

1.4.1. À tempestividade, já que foi notificado do acórdão impugnado no dia 6 de fevereiro de 2023;

1.4.2. E à competência, legitimidade e esgotamento das vias de recurso ordinário.

1.5. Pede que o recurso de amparo constitucional seja:

1.5.1. Admitido;

1.5.2. Julgado procedente por provado;

1.5.3. Conducente à concessão de amparo destinado a restabelecer os direitos violados, com todas as consequências constitucionais e legais.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emissão do parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador-Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. O recurso mostra-se tempestivo e o recorrente está provido de legitimidade, “porquanto parece ser pessoa direta, atual e efetivamente afetada pela decisão do acórdão recorrido”;

2.2. Afigura-se-lhe que, no entanto, “pese embora o recorrente indicar que o acórdão ora sob escrutínio violou os seus direitos constitucionais a um processo justo e equitativo e a presunção de inocência, na verdade, a fundamentação da petição estriba-se exclusivamente nos erros processuais que julga padecer a decisão ora em crise, *máxime*, a ausência de um[a] análise crítica das provas pelo Tribunal *a quo*, como se de mais um recurso ordinário se tratasse, sem concretizar, contudo, em que medida o acórdão violou os mencionados direitos constitucionais”, não sendo por isso cabível a pretensão do recorrente no âmbito do recurso de amparo atendendo ao disposto no artigo 2º nº 3 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*.

2.3. Para além disso, refere que “o acórdão ora impugnado, não faz alusão a qualquer violação aos direitos fundamentais e o recorrente não curou juntar o

requerimento de recurso que apresentou àquela instância, ficando, por conseguinte, despedido de confirmação que invocou no processo a violação do direito[,] liberdade e garantia constitucionalmente assegurado e requerido a sua reparação”.

2.4. Por isso é de parecer que “o recurso de amparo constitucional interposto não cumpre com os requisitos exigidos na Lei de Amparo, devendo ser liminarmente rejeitado, ao abrigo do disposto no artigo 16.º da mesma lei”.

3. Marcada a sessão de julgamento para o dia 31 de março, nessa data se realizou com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC.

3.1. Dela decorrendo decisão de aperfeiçoamento, determinando a notificação do recorrente para que diligenciasse no sentido de: a) Juntar aos autos a sentença do tribunal de julgamento, o recurso que dirigiu ao TRS, o acórdão que este tribunal de recurso tirou, o recurso que impetrou junto ao Egrégio STJ, qualquer incidente que tenha colocado, e todos os elementos que julgasse indispensáveis à aferição de admissibilidade do recurso, bem como a procuração que habilita o advogado subscritor a representá-lo; b) Indicar de forma clara e inequívoca a(s) conduta(s) imputável(is) ao órgão judicial recorrido e que pretende que seja(m) escrutinada(s); c) Precisar os amparos que pretende obter deste Tribunal Constitucional para reparar as alegadas violações de direitos por cada conduta que impugnar”.

3.2. Lavrada no *Acórdão 53/2023, de 11 de abril, Aperfeiçoamento por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo; por Obscuridade na Definição das Condutas Impugnadas; por Falta de Indicação dos Amparos Concretos que Almeja Obter*, Rel. JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 45, 24 de abril de 2023, pp. 1100-1103, este foi notificado ao recorrente, através de mandatário, no dia 12 de abril de 2023.

4. No dia 14 de abril de 2023, o recorrente protocolou uma peça de aperfeiçoamento, através da qual:

4.1. Tenta precisar a conduta que pretende impugnar e explicitar o amparo que almeja obter;

4.2. Requer que seja oficiado o TRB para remeter o processo para o TC, já que os autos para lá teriam sido remetidos. Daí, o STJ não lhe ter disponibilizado os documentos solicitados, razão pela qual não conseguiu apresentá-los agora. A não se entender assim, requer que seja concedido um prazo razoável para poder solicitar os documentos que estariam na sede do TRB, na Ilha de São Vicente. Junta cópia de procuração forense, e recurso dirigido ao Egrégio STJ.

5. A sessão marcada para apreciar o aperfeiçoamento e a admissibilidade foi marcada para o dia 28 de abril, tendo o julgamento *in camera* ocorrido nessa data, dela decorrendo a decisão exposta e fundamentada a seguir.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de*

junho, *CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da*

presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caraterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e

garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios-constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o

amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluiu uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrou um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Padecia, não obstante, de alguma insuficiência e de ausência de elementos instrutórios, que urgia colmatar e que a peça protocolada – em devido tempo, saliente-se – não logrou ultrapassar integralmente, na medida em que

continua a haver alguma indefinição em relação ao que concretamente está a ser imputado ao STJ e dificuldades na formulação satisfatória dos amparos que se pretende obter.

2.3.5. Se ainda esses aspetos poderiam ser superados pelo Tribunal, o facto de não ter juntado aos autos a sentença, o recurso de apelação e a decisão do TRB inviabilizam qualquer escrutínio de admissibilidade. Como já está plenamente sedimentado na jurisprudência desta Corte Constitucional, as circunstâncias em que se pode rever a forma como os tribunais judiciais apreciam as provas são muito limitadas, exigindo que se alegue e se prove ter havido arbitrariedade na sua apreciação (*Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5.3; o *Acórdão nº 13/2018, de 7 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4; o *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Vitus Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 5; no *Acórdão 5/2021, de 25 de janeiro, Évener de Pina v. STJ, sobre violação da garantia à presunção da inocência e da garantia ao contraditório*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 8 de março de 2021, pp. 850-861, 2, e no *Acórdão 1/2023, de 17 de janeiro, por confirmação de sentença condenatória a pena de prisão em situação em que não terá ficado provado que soubesse que a ofendida era menor de catorze anos, por alegada violação do direito à presunção de inocência do arguido, Ivan Furtado v. TRB*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 680-683, 4). O que é só possível se o Tribunal puder analisar a argumentação expendida pelos tribunais que intervieram na cadeia decisória em questão à luz das alegações dos intervenientes processuais.

2.3.6. Portanto, não é natural que produza alegações de que houve insuficiência na matéria de facto dada por provada, aparentes deficiências de fundamentação, e eventuais contradições decorrentes de atos de julgamento sem que se traga essas decisões aos autos. Não serve de muito alegar que os autos baixaram ao TRB, porque, desde logo,

para que isso sirva de base para qualquer alegação favorável aos intentos do recorrente, haveria que se trazer alguma certidão passada pelo Egrégio STJ de que não foi possível satisfazer o pedido que o recorrente alega ter feito por essa razão, o que, no mínimo, comprovaria algum esforço e tentativa de obtenção desses elementos.

Mas, mesmo assim, considerando o tipo de alegações e imputações feitas pelo recorrente, remetendo para interpretações e parágrafos de sentenças e acórdãos, os quais não só lhe foram notificados, mas constituíram na base da formulação das suas alegações, era de se esperar que os tivesse na sua posse e arquivadas, sendo fácil a sua submissão a este Tribunal desde o momento em que protocolou o recurso de amparo. A haver qualquer omissão de submissão de documentos ela, em princípio, deveria ser residual, facilitando a sua obtenção dentro do prazo legal.

2.3.7. Eventuais falhas neste sentido não podem ser oneradas ao Tribunal Constitucional, no sentido de ter de fazer diligências para obter elementos que sendo do interesse do recorrente é ele que deve carrear para os autos. Por conseguinte, não há a mínima possibilidade de o Tribunal Constitucional oficial o TRB para remeter o processo, pedido que segue indeferido.

2.3.8. O mesmo se diga em relação ao prazo suplementar que requer. Porque, além de não ter demonstrado que pediu e lhe foi recusada a passagem de documentos pelo STJ pelas razões que aponta e de não alegar e muito menos comprovar que tenha pelo menos dirigido algum pedido ao TRB nesse sentido, a questão fundamental é que a maior parte desses documentos já deveriam estar na sua posse por lhe terem sido devidamente notificados.

2.4. Considerando que o artigo 8º, parágrafo terceiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, considera que a instrução do pedido com elementos pertinentes para a sua procedência é fundamental, e que nos termos do artigo 17, parágrafo segundo, do mesmo diploma, o Tribunal Constitucional, através do *Acórdão 53/2023, de 11 de abril, Aperfeiçoamento por Falta de Junção de Documentos Essenciais à Aferição de Admissibilidade do Amparo; por Obscuridade na Definição das Condutas Impugnadas; por Falta de Indicação dos Amparos Concretos que Almeja Obter*, Rel. JCP Pina Delgado, III, alínea a), julgou essenciais os elementos cuja junção determinou, a

consequência da omissão de se corrigir falhas na instrução do pedido de amparo decorre desse mesmo instrumento legal, posto o seu artigo 16, alínea b), dispor que “o recurso não será admitido quando a petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7º e 8º” e o seu número 2 reza que “[n]o caso da alínea b) do número anterior a petição só será rejeitada se a falta não for suprida no prazo a que se refere o artigo 17º”. Neste sentido, o recurso não é admitido.

III. Decisão

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento.

Registe, notifique e publique.

Praia, 09 de maio de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 09 de maio de 2023.

O Secretário,

João Borges